



Regulamento Interno

Retificado pelo Conselho Pedagógico a 2 de junho de 2022

Arabesque - Academia de Dança, CRL

Ensino Artístico Especializado em Dança

Rua Alexandre Herculano nº15 2490-515 Ourém

Tlm 966 091 872

direcao@arabesqueacademia.com

www.arabesqueacademia.com

ÍNDICE

Objetivo e âmbito do Regulamento Interno.....	6
Divulgação do Regulamento Interno	6
Instrumentos de gestão	6
Órgãos	7
Definição do Conselho Pedagógico	7
Composição do Conselho Pedagógico	7
Competências do Conselho Pedagógico	8
Funcionamento do Conselho Pedagógico	9
Definição da Direcção Artística	9
Composição da Direcção Artística	10
Competências da Direcção Artística	10
Funcionamento da Direcção Artística	10
Definição do Órgão de Administração.....	10
Composição do Órgão de Administração	11
Competências do Órgão de Administração	11
Articulação e Gestão Curricular.....	12
Departamentos Curriculares.....	12
Competências dos Departamentos Curriculares.....	13
Funcionamento dos Departamentos Curriculares	14
Competências do Coordenador de Departamento Curricular	14
Enquadramento	15
Conselho Vocacional	16
Oferta Educativa	17
Admissão de Alunos	20
Matrícula de Alunos	21
Renovação de Matrícula	22
Pagamentos	22
Momentos Avaliativos.....	23
Método de Ensino.....	23
Regime de Faltas	24
Interrupções Lectivas	24
Indumentária	25

Concursos e Apresentações de Dança.....	25
Solos, Duos e Trios	26
Visitas de Estudo.....	26
Participação de Alunos em Visitas de Estudo	27
Organização de Visitas de Estudo	28
Realização de Visitas de Estudo.....	29
Princípio Geral da Participação dos Pais e Alunos.....	30
Representação dos Pais e Alunos.....	30
Direitos da Comunidade Educativa.....	31
Deveres da Comunidade Educativa.....	31
Secção I Professores	32
Direitos dos Professores	32
Deveres dos Professores	33
Sanções por Incumprimento.....	36
Funcionamento das Aulas.....	37
Regime de Faltas	37
Reposição de Aulas	37
Avaliação do Desempenho Docente.....	38
Secção II Alunos	38
Enquadramento	38
Estatuto do Aluno e da Ética Escolar	38
Subsecção I Direitos e Deveres do Aluno	39
Direitos do Aluno	39
Deveres do Aluno.....	41
Subsecção II Dever de Assiduidade e Efeitos da Ultrapassagem dos Limites de Faltas	43
Frequência e Assiduidade	43
Faltas e sua Natureza.....	44
Dispensa da Actividade Física no Regime Articulado de Dança.....	44
Justificação de Faltas	45
Faltas Injustificadas	46
Excesso Grave de Faltas.....	47
Subsecção III Ultrapassagem dos Limites de Faltas	47
Efeitos da Ultrapassagem dos Limites de Faltas.....	47

Medidas de Recuperação e de Integração.....	48
Incumprimento ou Ineficácia das Medidas	48
Subsecção IV Medidas Educativas Disciplinares	48
Princípios Gerais	48
Enquadramento	49
Participação de Ocorrências	50
Medidas Correctivas e Medidas Disciplinares Sancionatórias	50
Determinação da Medida Disciplinar	50
Medidas corretivas.....	51
Medidas disciplinares sancionatórias.....	52
Acumulação de medidas disciplinares	54
Procedimento disciplinar	54
Suspensão preventiva do aluno	55
Decisão final do procedimento disciplinar	56
Execução das medidas corretivas ou disciplinares sancionatórias	57
Recurso hierárquico.....	58
Intervenção dos pais e encarregados de educação.....	58
Responsabilidade civil e criminal	58
Quadros de honra e mérito.....	59
Objectos perdidos.....	59
Acesso e Permanência na Escola	59
Direito à Imagem	60
Alterações ao regulamento	60
Casos omissos.....	61
Vigência	61

I – Princípios Gerais

Artigo 1º

Objetivo e âmbito do Regulamento Interno

- a) O presente regulamento interno pretende reunir um conjunto de normas gerais e específicas que se consideram importantes para o funcionamento da Academia de Dança Arabesque, salvaguardando os direitos e deveres de toda a comunidade educativa.
- b) O referido regulamento aplica-se a todos os intervenientes na comunidade escolar (discentes, docentes, pessoal administrativo e auxiliar e encarregados de educação).

Artigo 2º

Divulgação do Regulamento Interno

O Regulamento será divulgado:

- a) Na zona de atendimento ao público na Academia Arabesque, mediante solicitação;
- b) De livre acesso na página da Internet da Academia Arabesque.
(<http://www.arabesqueacademia.com/documentos>).

6

II – Regime de Administração e Gestão

Artigo 3º

Instrumentos de gestão

1 – Os instrumentos de gestão legalmente consagrados são:

- a) O Projeto Educativo, que constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da Academia Arabesque no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva;

b) O Plano Anual de Atividades que concretiza os princípios, valores e metas enunciados no projeto educativo, elencando as atividades e as prioridades a concretizar no respeito pelo regulamento interno e o orçamento.

Artigo 4º

Órgãos

1- A administração da Academia Arabesque é assegurada por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objetivos legalmente estabelecidos.

2 - São órgãos de direção, administração e gestão da Academia Arabesque:

- a) O Conselho Pedagógico;
- b) A Direção Artística;
- c) A Direção Executiva.

Secção I / Conselho Pedagógico

7

Artigo 5º

Definição do Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da Academia Arabesque, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.

Artigo 6º

Composição do Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico da Academia Arabesque é constituído por:

- Diretor Pedagógico e coordenador do departamento curricular das classes de Música e História da Cultura e das Artes;
- Diretor Executivo da Academia Arabesque;
- Diretora Artística da Academia Arabesque e representante do estilo de dança clássico;

- Docente representante do estilo de dança contemporânea;
- O membro representante da Associação de Estudantes, caso seja constituída, poderá participar nas reuniões do Conselho Pedagógico, a convite do Diretor Pedagógico ou do Diretor Executivo, sendo para o efeito, designado pela AE da Academia Arabesque, podendo intervir, mas sem direito a voto;
- Os representantes dos pais e encarregados de educação poderão participar nas reuniões do Conselho Pedagógico a convite do Diretor Pedagógico ou do Diretor Executivo, sendo, para o efeito, designados pela AP da Academia Arabesque, podendo intervir, mas sem direito a voto;
- Poderão ainda participar em reuniões do Conselho Pedagógico indivíduos ou representantes de instituições que, por conhecimento específico sobre determinada matéria do interesse da Academia Arabesque, possam vir a contribuir para o esclarecimento dos temas a serem debatidos. Estes convidados podem intervir, mas sem direito a voto.

Artigo 7º

Competências do Conselho Pedagógico

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou no presente regulamento, ao Conselho Pedagógico compete:

- a) Elaborar a proposta de Projeto Educativo;
- b) Apresentar propostas para a elaboração do Regulamento Interno e dos Planos Anual de Atividades e emitir parecer sobre os respetivos projetos;
- c) Emitir parecer sobre propostas de celebração de contratos de autonomia;
- d) Elaborar e aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente;
- e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas, bem como as respetivas estruturas programáticas;
- g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;
- h) Adotar manuais escolares ou propor a realização de bibliografia de apoio educativo, ouvidos os departamentos curriculares;
- i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da Academia Arabesque e em articulação com companhias de dança ou

estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação em dança;

j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;

k) Propor os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;

l) Propor os requisitos para a contratação de pessoal docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;

m) Propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens;

n) Participar, nos termos regulamentados em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do pessoal docente.

Artigo 8º

Funcionamento do Conselho Pedagógico

1 - O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pela iniciativa do Diretor Pedagógico ou Diretor da Academia Arabesque.

2 - Nas reuniões plenárias ou de comissões especializadas, designadamente, quando a ordem de trabalhos verse sobre as matérias previstas nas alíneas a), b), e), f), j) e k) do artigo anterior, podem participar, sem direito a voto, a convite do presidente do conselho pedagógico, representantes do pessoal não docente, dos pais e encarregados de educação e dos alunos.

9

Secção II / Direção Artística

Artigo 9º

Definição da Direção Artística

A Direção Artística coordena e define a linha orientadora da Academia Arabesque enquanto entidade formativa no contexto artístico em dança.

Artigo 10º

Composição da Direção Artística

A Direção Artística está atribuída à fundadora da Academia Arabesque, **Yolexis Santana Vila** e poderá ter, a seu pedido, a colaboração do pessoal docente e não docente da Academia Arabesque.

Artigo 11º

Competências da Direção Artística

- 1 - Assume a estratégia a definir relativamente à atuação da Academia Arabesque como dinamizadora formativa e cultural da região.
- 2 - Identifica, parceiros e identidades que sejam de referência no panorama nacional e internacional de dança de forma a possibilitar eventuais pontos de contacto entre instituições.

Artigo 12º

10

Funcionamento da Direção Artística

A Direção Artística supervisiona e acompanha permanente todos os processos formativos e artísticos da Academia Arabesque.

Secção III / Órgão de Administração

Artigo 13º

Definição do Órgão de Administração

Cabe ao órgão de administração a representação e administração da Academia Arabesque.

Artigo 14º

Composição do Órgão de Administração

O órgão de administração é composto pelo diretor da Academia Arabesque, o administrador único.

Artigo 15º

Competências do Órgão de Administração

1 – Compete ao diretor executivo da Academia Arabesque, como administrador:

- a) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- b) Autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira;
- c) Zelar pela atualização do cadastro patrimonial;
- d) Definir o regime de funcionamento da Academia Arabesque;
- e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f) Distribuir o serviço docente e não docente;
- g) Designar os coordenadores da Academia Arabesque;
- h) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- i) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras instituições que se relacionem com os objetivos do projeto educativo da Academia Arabesque;
- j) Proceder à seleção e recrutamento do pessoal docente, nos termos dos regimes legais aplicáveis;
- k) Assegurar as condições necessárias à realização da avaliação do desempenho do pessoal docente e não docente;
- l) Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos;
- m) Representar a Academia Arabesque;
- n) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
- o) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
- p) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.

2 - Nas suas faltas e impedimentos, o diretor é substituído pela Diretora Artística da Academia Arabesque.

III – Organização Pedagógica

Secção I | Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica e Orientação Educativa

Artigo 16º

Articulação e Gestão Curricular

12

- 1 - A articulação e gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes da Academia Arabesque e os docentes das Escolas de Articulação, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos.
- 2 – Enquanto estruturas de articulação e gestão curricular, os departamentos curriculares são integrados por docentes dos grupos de recrutamento e áreas disciplinares, de acordo com os cursos lecionados.
- 3 - Os coordenadores de departamento curricular são docentes detentores de formação especializada.
- 4 – A designação dos docentes com os requisitos definidos no número anterior, são nomeados pelo Diretor Pedagógico por mandatos de um ano.
- 5 – Os coordenadores dos departamentos curriculares podem ser exonerados a todo o tempo por despacho fundamentado do Diretor Pedagógico.

Artigo 17º

Departamentos Curriculares

- 1 - Os Departamentos Curriculares integram o Conselho Pedagógico, incumbindo-lhes o desenvolvimento de medidas que reforcem a articulação interdisciplinar na aplicação dos planos de estudo.
- 2 - Ao Departamento Curricular pertencem todos os professores que lecionam as disciplinas integradas no Departamento.
- 3 - Os professores da Academia Arabesque organizam-se nos seguintes Departamentos Curriculares:
 - a) Departamento de Dança Clássica e Contemporânea. A coordenação do departamento está a cargo da Diretora Artística da Academia Arabesque;
 - b) Departamento de Música e História da Cultura e das Artes. A coordenação do departamento está a cargo do Diretor Pedagógico da Academia Arabesque;
 - c) Departamento de Danças Urbanas. A coordenação do departamento está a cargo da Diretora Artística da Academia Arabesque;
 - d) Departamento de Dança e Preparação Física para Adultos. A coordenação do departamento está a cargo da Diretora Artística da Academia Arabesque;

Artigo 18º

13

Competências dos Departamentos Curriculares

- 1 - Assegurar a articulação curricular na aplicação dos planos de estudo definidos a nível nacional ao nível dos cursos em regime articulado, aplicando as orientações superiores.
- 2 - Elaborar, desenvolver e avaliar o plano de atividades do departamento tendo em conta o Plano Anual de Atividades e a concretização do Projeto Educativo.
- 3 - Propor critérios de avaliação dos alunos e de atribuição de serviço docente e gestão de espaços e equipamentos.
- 4 - Aferir e uniformizar critérios nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens.
- 5 - Analisar a oportunidade de adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão.
- 6 - Identificar necessidades de formação dos docentes.
- 7 - Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto, numa dinâmica de troca de saberes e experiências.

Artigo 19º

Funcionamento dos Departamentos Curriculares

- 1 - Os Departamentos Curriculares realizam reuniões ordinárias e extraordinárias.
- 2 - Os Departamentos Curriculares reúnem ordinariamente no início de cada ano escolar, para planificar, coordenar e preparar o ano letivo, no decorrer do mês de Fevereiro para fazer um balanço do trabalho desenvolvido e no final de cada ano letivo, para uma reflexão e avaliação do ano escolar bem como para planificar o ano letivo seguinte.
- 3 - Os Departamentos Curriculares reúnem extraordinariamente:
 - a) Por determinação do director pedagógico;
 - b) Por solicitação do coordenador do departamento.

Artigo 20º

Competências do Coordenador de Departamento Curricular

O Coordenador de Departamento Curricular é responsável pela coordenação das atividades do Departamento, tendo como competências:

- 1 - Promover a troca de experiências e a cooperação entre os docentes que integram o Departamento Curricular;
- 2 - Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objetivos e conteúdos à situação concreta da Escola;
- 3 - Promover a articulação com outras estruturas ou serviços da Academia Arabesque, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
- 4 - Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia da Academia Arabesque;
- 5 - Promover a realização de atividades de investigação, reflexão e estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
- 6 - Presidir às reuniões de Departamento Curricular. Quando necessário, deve fazer-se substituir por um delegado do Departamento, dando conhecimento do facto ao Diretor Pedagógico, com a devida antecedência;
- 7 - Colaborar com o Conselho Pedagógico na definição do Projeto Educativo da Academia Arabesque e de um plano de formação para docentes;
- 8 - Coordenar a planificação das atividades pedagógicas do Departamento;

- 9 - Promover a inter e intradisciplinaridade;
- 10 - Propor ao Órgão de Gestão a aquisição de novos materiais ou equipamentos, ouvidos os membros do Departamento;
- 11 - Avaliar os professores do Departamento, podendo delegar as suas competências de avaliador noutros professores titulares que pertençam, sempre que possível, ao mesmo grupo de recrutamento dos docentes a avaliar;
- 12 - Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias do Departamento;
- 13 - Assegurar, atempadamente, a redação e aprovação das atas;
- 14 - Emitir parecer sobre os assuntos de âmbito pedagógico-didático específico do seu Departamento;
- 15 - Promover medidas de planificação e avaliação periódica das atividades do Departamento;
- 16 - Assegurar a participação do Departamento na elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo da Academia Arabesque, bem como no Plano Anual de Atividades e do Regulamento Interno.
- 17 – Compete ainda aos coordenadores de departamento curricular:
 - a) A coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso;
 - b) O apoio na avaliação de desempenho do pessoal docente.

15

Secção II | Outras Estruturas de Apoio à Atividade Escolar

Artigo 21º

Enquadramento

- 1 – O Conselho Vocacional da Academia Arabesque está destinado à ampliação da ação educativa, nomeadamente na intervenção direcionada às particularidades do ensino artístico da dança, tais como a manutenção do foco, motivação e das boas práticas que valorizem e potenciem a atividade. A sua intervenção está direcionada para a valorização de trabalho específico com alunos que frequentem o curso secundário de dança,

nomeadamente na promoção do esclarecimento sobre as possibilidades de prosseguimento de estudos ou profissionalização no sector.

Artigo 22º

Conselho Vocacional

1 - O Conselho Vocacional é uma estrutura que propõe atividades a serem realizadas na Academia Arabesque que visem a obtenção de boas práticas em dança e orientadas para o prosseguimento de estudos ou profissionalização no sector.

2 - O Conselho Vocacional é coordenado pelo Diretor Executivo da Academia Arabesque, competindo àquele a constituição da equipa de trabalho. Esta poderá ser composta por elementos que a integrem temporariamente, de acordo com objetivos específicos da instituição. Na ausência do Diretor Executivo, a coordenação é assegurada pela Diretora Artística da Academia Arabesque.

3 - O mandato do Conselho Vocacional é de três anos letivos.

4 - O Conselho Vocacional está obrigado à confidencialidade em todas as matérias as quais são discutidas e propostas, até autorização em contrário pelo seu coordenador.

5 - São suas competências:

a) Elaborar e coordenar o Programa de Orientação Vocacional em Dança da Academia Arabesque;

b) Referenciar alunos que demonstrem o interesse no prosseguimento de estudos ou profissionalização em dança (curso básico e secundário de dança);

c) Propor estratégias de orientação adequadas aos interesses dos alunos e seus encarregados de educação, de forma a atingirem os seus objetivos, nomeadamente com o estabelecimento de parcerias que facilitem o contacto com profissionais de intervenção multidisciplinar, tais como ao nível da nutrição, apoio psicológico, fisioterapia, entre outros;

d) Promover o relacionamento e intercâmbio da Academia Arabesque com entidades ou figuras de relevo no contexto da dança;

e) Identificar cursos de licenciatura em dança e suas particularidades, bem como companhias de dança que sejam de referência, tanto em Portugal, como no estrangeiro;

f) Identificar parceiros estratégicos para a realização de Formação em Contexto de Trabalho dos alunos do curso secundário de dança da Academia Arabesque;

g) Rececionar, selecionar propostas as quais possam produzir participação de alunos e professores de forma à representação da Academia Arabesque, criando simultaneamente situações de desenvolvimento e aprendizagem;

h) Promover a obtenção de recursos e materiais didáticos para a Biblioteca da Academia Arabesque;

i) Promover a sensibilização em dança dos alunos e encarregados de educação, nomeadamente através da realização das ações “À conversa com Dança”. Estas palestras visam o esclarecimento da comunidade educativa na temática da dança e são de realização periódica (um mínimo de 4 por ano letivo).

6 - O Conselho Vocacional elabora, no final de cada ano letivo um relatório do trabalho desenvolvido e seu parecer a ser entregue ao Conselho Pedagógico.

IV – Regime de Funcionamento

Artigo 23º

17

Oferta Educativa

Cursos a ministrar:

1 - Regime Livre de Dança

- Curso Livre de Dança (1º, 2º, 3º, 4º e 5º nível);
- Curso Livre de Dança em Alto Rendimento (1º, 2º, 3º e 4º nível);
- Danças Urbanas (1º e 2º nível);
- Dança/preparação física para Adultos;

O Regime Livre dos Cursos de Dança na Academia Arabesque constitui uma oportunidade para todos os alunos que queiram a prática de dança com objetivos de carácter lúdico ou vocacional. Assumem duas vertentes estruturais que têm por base, a dança clássica e a dança contemporânea, podendo depois diversificar para outras ofertas de diferentes estilos.

Disciplinas lecionadas no Regime Livre de Dança:

a) Dança Criativa

b) Técnica de Dança Clássica – Ballet

- c) Técnica de Dança Clássica – Pontas
- d) Flexibilidade e Preparação Física
- e) Técnica de Dança Contemporânea
- f) Danças Urbanas
- g) Técnica Acrobática para Dança
- h) Correção postural e flexibilidade
- i) Dança e Preparação Física para Adultos

2 - Regime Articulado de Dança

- Curso Básico de Dança (1º, 2º, 3º, 4º e 5º grau)
- Curso Secundário de Dança (6º, 7º e 8º grau)

a) Os cursos básicos e secundários visam a aquisição de técnicas de dança e proporcionar um campo de formação e experimentação criativa e coreográfica, bem como desenvolver a sensibilidade estética e o conhecimento histórico na área da dança.

Estes cursos podem ser frequentados na Academia Arabesque na modalidade de regime articulado - a lecionação das disciplinas das componentes do ensino artístico especializado é assegurada pela Academia Arabesque e as restantes componentes por uma escola de ensino geral.

18

b) Curso Básico de Dança

- O plano de estudos do Curso Básico de Dança regulamentado pela Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, integra conforme o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho:
- Componentes do currículo/áreas disciplinares, de formação geral;
- Componentes do currículo de formação artística, que visam desenvolver o conjunto de conhecimentos a adquirir e capacidades a desenvolver inerentes à especificidade do curso;
- Cargas horárias semanais para cada componente do currículo;
- Cargas horárias totais a cumprir.

c) Curso Secundário de Dança

O plano de estudos do Curso Secundário de Dança, ao abrigo da Portaria n.º 229-A/2018, de 14 de agosto, estrutura-se nas seguintes componentes:

- Formação geral, que visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos;
- Formação científica, que visa proporcionar uma formação consistente no domínio do respetivo curso;
- Formação técnica artística, que visa a aquisição e desenvolvimento de um conjunto de aprendizagens, conhecimentos, aptidões e competências técnicas e artísticas para o perfil profissional visado;
- Formação em contexto de trabalho (FCT) que visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas e artísticas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir, realizando-se preferencialmente em companhias de dança profissionais.

d) Avaliação dos cursos Básico e Secundário de Dança

A avaliação dos alunos do ensino artístico especializado rege-se: (I) Curso Básico de Dança - normas constantes da Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho, e normativos em vigor para o ensino básico regular, (II) Curso Secundário de Dança - Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto, e ainda pelas Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, e n.º 229-A/2018, de 14 de agosto, em consonância com a produção de efeitos destas.

A avaliação das disciplinas de 6.º e 9.º ano, da componente de formação artística do Curso Básico de Dança, pode incluir a realização de provas globais cuja ponderação não pode ser superior a 50% no cálculo da classificação final da disciplina, sendo obrigatória na disciplina de Técnicas de Dança.

No Curso Secundário de Dança a avaliação nas disciplinas terminais das componentes de formação científica e técnica artística pode incluir a realização de provas globais, cuja ponderação não pode ser superior a 50% no cálculo da classificação de frequência da disciplina.

A avaliação sumativa externa dos alunos do Curso Secundário de Dança, contempla a realização de uma Prova de Aptidão Artística (PAA), a qual se traduz num projeto, consubstanciado num desempenho demonstrativo de conhecimento e capacidades técnicas e artísticas adquiridas pelo aluno ao longo da sua formação, apresentado perante um júri, em ano terminal.

A avaliação da Formação em Contexto de Trabalho é feita pelo professor-orientador em conjunto com o monitor da entidade de acolhimento e o aluno, nos termos definidos no regulamento próprio, em articulação com o director de curso.

e) Modelo de prova de seleção

De acordo com o disposto no art.º 45º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3/08, apresenta-se o modelo da prova de seleção dos alunos ao Curso Básico de Dança.

f) Certificação dos cursos Básico e Secundário de Dança

Curso Básico de Dança

A conclusão do curso exige a obtenção de nível igual ou superior a 3 em todas as disciplinas da componente de formação artística.

A certificação da conclusão do ensino básico pode ser feita independentemente da conclusão das disciplinas da componente de formação artística.

Os alunos certificados com o 9.º ano de escolaridade têm direito ao diploma de Curso Básico de Dança, desde que tenham concluído com aproveitamento todas as disciplinas da componente de formação artística do 9.º ano de escolaridade do respetivo curso.

O Curso Básico de Dança confere o nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações (Portaria n.º 789/2009, de 23 de julho).

Curso Secundário de Dança

A conclusão do curso exige a aprovação em todas as disciplinas do plano de estudos do curso, na PAA e na FCT.

Para a certificação da conclusão de um Curso Secundário de Dança, não é considerada a realização de exames finais nacionais.

O Curso Secundário de Dança confere o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (Portaria n.º 789/2009, de 23 de julho) e correspondente nível do Quadro Europeu de Qualificações.

g) Prosseguimento de estudos curso Secundário de Dança

A conclusão de um curso secundário do ensino artístico especializado, em regime de ensino articulado, no domínio da dança, permite o prosseguimento de estudos de nível superior, desde que se cumpram os requisitos relativos à avaliação sumativa externa, nos termos da Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Portaria n.º 419-B/2012, de 20 de dezembro, Portaria n.º 59-B/2014, de 7 de março, Portaria n.º 165-A/2015, de 3 de junho, e da Portaria n.º 229/A-2018, de 14 de agosto (a partir da entrada em vigor desta para o 12º ano), e demais requisitos legais de acesso.

Artigo 24º

Admissão de Alunos

- 1- A admissão ao Regime Livre de Dança pode ser feita através de participação do aluno numa aula experimental, no sentido de determinar as capacidades de aprendizagem e aptidão do aluno;
- 2 - A admissão ao Curso Livre de Dança em Alto Rendimento é feita através de audição e está aberta aos alunos a partir dos 9 anos;
- 3 - O nível (turma interna) a que o aluno irá pertencer no Regime Livre de Dança é definido pela Diretora Artística da Academia Arabesque;
- 4 - Os conteúdos programáticos poderão necessitar de ser ajustados pelo professor da disciplina, de acordo com o perfil do(s) aluno(s) e conforme autorização da Diretora Artística da Academia Arabesque;
- 5 - A admissão ao Regime Articulado de Dança é feita com base na legislação em vigor, através de uma prova de aptidão específica para o efeito.

A supra mencionada Prova terá como objetivos:

a) Identificar as capacidades e aptidões requeridas para a aprendizagem da dança no contexto do ensino artístico especializado, onde serão avaliados, entre outros:

- Postura/Aplomb;
- Proporções;
- Flexibilidade (anca, pés, coluna);
- Equilíbrio;
- Coordenação motora;
- Perceção espacial e temporal;
- Memorização e eficiência de resposta.

b) Identificar as aptidões expressivas do candidato, onde serão avaliadas, entre outras:

- Capacidades expressivas;
- Capacidades interpretativas.

6 - O júri ou júris a constituir para as provas de aptidão que darão acesso ao ensino articulado em dança são compostos por 3 professores de dança, a quem competirá a atribuição da respetiva classificação.

Artigo 25º

Matrícula de Alunos

REGULAMENTO INTERNO

- 1 - O ingresso na Academia Arabesque é concretizado através da formalização de matrícula pelos encarregados de educação nos Serviços Administrativos da Academia Arabesque;
- 2 - Os encarregados de educação deverão:
 - a) Fornecer os dados relativos ao aluno para efeitos de registo do seu processo individual;
 - b) Informar qualquer problema de saúde ou necessidade educativa especial do seu educando, quando tal seja do seu conhecimento;
 - c) Efetuar o pagamento da matrícula (25eur);
 - d) Efetuar o pagamento do seguro de acidentes pessoais (15eur).

Artigo 26º

Renovação de Matrícula

- 1 - O encarregado de educação é responsável pela renovação da matrícula através da formalização da mesma nos Serviços Administrativos da Academia Arabesque. Para isso deverá:
 - a) Efetuar o pagamento da renovação de matrícula:
 - b) Até ao final do mês de julho (do ano letivo anterior): 15€;
 - c) A partir do mês de agosto e durante o ano letivo em que se inscreve: 25€;
 - d) Efetuar o pagamento do seguro de acidentes pessoais (15eur).

22

Artigo 27º

Pagamentos

- 1 - O pagamento das mensalidades deverá ser realizado, até ao dia 8 de cada mês, com exceção da mensalidade do mês de Julho (nos cursos em Regime Livre de Dança).
- 2 - O pagamento do mês de julho, nos cursos em Regime Livre de Dança, deverá ser realizado até ao final do mês de maio do mesmo ano letivo (a pronto ou por prestações).
- 3 - O valor das mensalidades correspondentes ao ano letivo, não se altera devido a férias intercalares (páscoa/natal) e/ou feriados que ocorram durante o ano letivo e que, por esse motivo, a escola esteja encerrada.

4 - O aluno que, por doença ou qualquer outro motivo, falte às aulas, não fica isento de pagamento das mensalidades e estas não terão qualquer redução, exceto em casos de ausência prolongada de pelo menos 15 dias consecutivos, devidamente justificada (ex: justificação médica). Nesses casos, o valor a descontar será definido pela Academia Arabesque.

5 - Em caso de desistência do aluno não haverá reembolso de valores correspondentes a pagamentos efetuados (matrículas, renovações, mensalidades, seguro, etc.).

6 - O pagamento do seguro de acidentes pessoais deverá ser realizado no momento da matrícula ou renovação de matrícula e este não se altera de acordo com a data em que seja feito;

7 - Os alunos beneficiários de Ação Social Escolar poderão solicitar bolsa de apoio à direção da Academia Arabesque mediante preenchimento de formulário próprio para o efeito 8ª solicitar nos serviços administrativos).

Artigo 28º

Momentos Avaliativos

1 - É disponibilizada a avaliação dos seus educandos aos encarregados de educação, nos seguintes momentos:

a) Regime Livre de dança: duas avaliações (final do mês de dezembro e final do mês de julho).

b) Regime Articulado em dança: três avaliações, correspondentes ao final de cada período, em sintonia com as escolas de ensino regular (final do mês de dezembro, final do mês de março e meados de junho);

2 - A avaliação terá em conta o trabalho desenvolvido no decorrer do ano letivo, nomeadamente: competências e conhecimentos adquiridos de acordo com o nível de aprendizagem e características do aluno; comportamento; interesse demonstrado e participação no decorrer das aulas e nas atividades propostas; a pontualidade/assiduidade; utilização de equipamento/vestuário adequado.

4 - A avaliação (assim como os seus parâmetros) será comunicada aos encarregados de educação nas datas estabelecidas anteriormente (ponto 1), para que estes possam acompanhar o trabalho desenvolvido pelos seus educandos.

Artigo 29º

Método de Ensino

A Academia Arabesque segue por base o programa do Método de Ensino de Dança, Clássico Cubano. As restantes disciplinas são lecionadas com base nos programas instituídos na Academia Arabesque.

Artigo 30º

Regime de Faltas

- 1 - Os alunos/encarregados de educação deverão apresentar as justificações de faltas nos serviços administrativos da Academia Arabesque.
- 2 - O número de faltas pesará na decisão relativamente à participação do aluno em eventos e/ou espetáculos/apresentações da Academia.
- 3 - Na hora prevista para o início de cada aula, os alunos devem apresentar-se na sala de aquecimento da Academia Arabesque, devidamente equipados e, se possível, com algum trabalho de aquecimento muscular já realizado de forma a prevenir eventuais lesões.
- 4 - No sentido de garantir a concentração e a dinâmica de aula necessárias para a produção de um bom trabalho, os alunos que chegarem atrasados devem aguardar pela indicação do colaborador dos Serviços Administrativos da Academia Arabesque relativamente ao momento adequado para entrada na sala de aula. Se necessário os alunos mais novos serão acompanhados por este colaborador até à porta da sala de aula e não pelos encarregados de educação.

24

Artigo 31º

Interrupções Letivas

- 1 - O ano letivo 2022/2023 tem início no dia 1 de setembro de 2022 e termina a 31 de julho de 2023.
- 2 - Férias:
 - 23 dezembro a 1 janeiro (Natal)
 - 20 a 23 fevereiro (Carnaval)
 - 6 a 11 abril (Páscoa)
- 3 - Feriados:
 - 5 outubro 2022
 - 1 novembro 2022
 - 21 fevereiro 2023
 - 25 abril 2023

- 1 maio 2023
- 20 junho 2023

Artigo 32º

Indumentária

1 - Os alunos devem vir devidamente equipados para as aulas de dança. Solicita-se aos encarregados de educação que contactem a Academia no sentido de que seja dada informação detalhada antes da compra do equipamento.

2 - Raparigas:

a) Aulas Ballet Clássico: Rolo (cabelo). Maiô preto de alças, collants salmão, saia (cor de acordo com a classe) e sabrinas;

b) Aulas de Contemporâneo: Rabo-de-cavalo. Maiô preto de alças e collants salmão com abertura.

3 - Rapazes:

a) Aulas Ballet Clássico: Camisola justa branca ou preta, calças justas pretas e sabrinas pretas;

b) Aulas de Contemporâneo: Camisola justa branca ou preta e calças justas pretas.

4 - Espetáculos/Apresentações:

a) O guarda-roupa necessário para concursos e apresentação de final de ano (um fato para o estilo Clássico e outro para o estilo Contemporâneo) é elaborado por uma costureira indicada pela Academia e o seu custo é suportado pelos pais;

b) Os fatos só serão executados depois da expressa autorização dos encarregados de educação;

c) Estes fatos também poderão ser de compra online ou em estabelecimentos comerciais direcionados para o efeito.

Artigo 33º

Concursos e Apresentações de Dança

1 - A participação dos alunos em concursos e apresentações de dança é da responsabilidade da Diretora Artística da Academia Arabesque. Será ela quem define os alunos que poderão ou não participar, cabendo aos encarregados de educação a decisão final de autorização.

REGULAMENTO INTERNO

- 2 - Os custos com deslocação, estadia, fatos e inscrições (quando existam) são suportados pelos encarregados de educação.
- 3 - Os alunos que participem nestes eventos deverão utilizar o equipamento de identificação da Academia Arabesque.
- 4 - Os professores e alunos da Academia Arabesque que participem em quaisquer eventos onde estejam alunos ou elementos de outras escolas de dança, deverão manter uma atitude de respeito e cordialidade para com esses elementos.
- 5 - A realização de eventos dinamizados por encarregados de educação com vista a obter algum tipo de apoio para a participação dos alunos da Academia Arabesque em atividades (concursos, viagens...), só poderá ser feita após conhecimento e autorização da Direção da Academia Arabesque.

Artigo 34º

Solos, Duos e Trios

- 1 - Os solos, duos e trios são atribuídos aos alunos com base no seu desempenho e capacidades que demonstrem ao longo do ano letivo.
- 2 - Irão ser considerados outros aspetos tais como a assiduidade e pontualidade dos alunos.
- 3 - Com base no que foi descrito nos pontos anteriores, cabe aos professores e Diretora Artística da Academia Arabesque decidir quais os alunos que propõem para o efeito.
- 4 - A montagem coreográfica de trabalho individualizado (solos, duos e trios) é feita em período fora do horário normal das aulas da classe em que os alunos estão inseridos.
 - a) Este trabalho terá um custo adicional à mensalidade e poderá variar consoante as horas de trabalho necessárias para a coreografia a apresentar.
 - b) Nenhum trabalho individualizado de montagem coreográfica, a ser pago como tal, será feito sem a expressa autorização dos encarregados de educação, devidamente esclarecidos dos custos envolvidos.

Artigo 35º

Visitas de Estudo

- 1 – Entende-se por visita de estudo a atividade decorrente do Projeto Educativo da Escola e enquadrável no âmbito do desenvolvimento dos projetos curriculares de classe, de disciplina e de turma, quando realizada fora do espaço físico da Escola.

2 - A visita de estudo é uma atividade curricular que tem como objetivo o desenvolvimento/complemento de conteúdos de todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.

3 - A realização de visitas de estudo no âmbito das atividades das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares devem constar do Plano Anual de Atividades.

4 - Entende-se por intercâmbio escolar a atividade decorrente do Projeto Educativo da Escola e enquadrável no âmbito do desenvolvimento dos projetos curriculares de todos os cursos ministrados na Academia Arabesque, realizada fora do espaço físico da Escola.

5 - O intercâmbio escolar é uma atividade curricular, realizada ou não em período de aulas, que tem por objetivos:

a) possibilitar aos alunos e docentes envolvidos o contacto com a realidade artística-pedagógica de escolas congéneres;

b) representar a Escola junto de comunidades escolares congéneres, contribuindo para a divulgação da nossa realidade educativa.

6 - As atividades de intercâmbio a desenvolver deverão constar do Plano Anual de Atividades.

7 - Entende-se por apresentação artística no exterior a atividade decorrente do Projeto Educativo da Escola e enquadrável no âmbito do desenvolvimento dos projetos de intervenção artística junto da comunidade exterior à Escola, quando realizada fora do espaço físico da Escola.

8 - A apresentação artística no exterior é uma atividade curricular que tem como objetivos:

a) simular contextos de apresentação artística profissional, enquanto parte integrante da formação dos alunos;

b) da apresentação artística conteúdos de todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.

9 - A realização de visitas de estudo no âmbito das atividades das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares devem constar do Plano Anual de Atividades.

Artigo 36º

Participação de Alunos em Visitas de Estudo

1 - Considerando que as visitas de estudo e intercâmbio escolar são atividades importantes para a concretização dos projetos curriculares, é dever do aluno participar, de acordo com o ponto 3 do artigo 17.º da Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro e participar das mesmas (artigo 15º, alínea h, da mesma lei).

2 - Os alunos que, por razão atendível, não participam na visita de estudo, deverão permanecer na escola e cumprir o seu horário ficando ao cuidado de um docente responsável, atribuído pelo Diretor Pedagógico da Academia Arabesque (sempre que esta coincida com horário normal de aulas).

3 - No caso de atividades no exterior, fora do horário de atividades, as mesmas deverão ser autorizadas pelo encarregado de educação.

Artigo 37º

Organização de Visitas de Estudo

1 - A planificação e organização de qualquer visita de estudo, deve ser feita pelos docentes proponentes no âmbito dos respetivos departamentos curriculares.

2 - As visitas de estudo devem constar da planificação do trabalho letivo de cada classe ou turma, do respetivo plano de atividades, assim como do Plano Anual de Atividades da Academia Arabesque.

3 - As visitas de estudo devem ser planificadas e concebidas de acordo com os conteúdos programáticos das diversas áreas curriculares disciplinares.

4 - A planificação da visita de estudo, deverá ser entregue ao Diretor com antecedência de um mês e respeitar os seguintes itens:

- a) objetivos específicos;
- b) competências a desenvolver;
- c) disciplinas envolvidas;
- d) calendarização e roteiro da visita;
- e) guião(ões) de exploração do(s) local(ais) a visitar;
- f) docentes a envolver;
- g) data da reunião ou comunicação aos Encarregados de Educação para aprovação e autorização da participação dos educandos na respetiva atividade;
- h) avaliação da visita (relatório em impresso próprio ou outro).

5 - O contrato com a empresa de transporte é realizado pela Administração da Academia Arabesque mediante solicitação e informação do(s) professor(es) organizador(es).

6 - O(s) professor(es) organizador(es) deve(m) cumprir, transmitir e fazer cumprir aos alunos as normas de segurança a ter em conta no transporte coletivo de crianças/adolescentes.

- 7 - As visitas de estudo são financiadas pelos Encarregados de Educação.
- 8 - As visitas de estudo em território nacional estão cobertas pelo seguro escolar.
- 9 - Nas visitas de estudo ao estrangeiro deverá, ainda, ser feito um seguro de grupo, sendo que danos eventualmente causados pelos alunos no decurso da visita de estudo, são da responsabilidade dos seus Encarregados de Educação.
- 10 - As Visitas de estudo ao estrangeiro carecem de aprovação do Conselho Pedagógico.
- 11 - A declaração de autorização de saída para o estrangeiro deverá ser expressa por ambos os progenitores, salvo se for outra a indicação do Ministério Público e/ou do Tribunal competente.

Artigo 38º

Realização de Visitas de Estudo

- 1 - O(s) professor(es) organizador(es) deve(m) entregar atempadamente nos Serviços Administrativos informação com a listagem dos professores participantes.
- 2 - O(s) professor(es) organizador(es) e acompanhante(es) da(s) turma(s) envolvidas na visita devem sumariar a lição de acordo com o conteúdo e a atividade desenvolvida, numerando a lição.
- 3 - O(s) professor(es) organizador(es) e acompanhante(es) da(s) turma(s) em visita e que lecionam turmas não envolvidas, têm obrigatoriamente que garantir a ocupação dos alunos não envolvidos na visita ou, em alternativa, apresentar um pedido de substituição da aula.
- 5 - Os professores que não participam na visita de estudo e alunos participem naquela atividade, devem cumprir o seu horário na escola, podendo ser solicitados para outras atividades que envolvam alunos.
- 6 - Sendo a participação dos alunos em atividades de visita de estudo sujeita ao dever de assiduidade.
- 7 - Aos alunos em visita de estudo aplica-se o regime disciplinar previsto na lei.
- 8 - Por motivos justificadamente atendíveis poderão aceitar-se como justificadas, a título excecional, situações de alunos que permaneçam no domicílio durante a realização de uma visita de estudo.
- 9 - Os Encarregados de Educação são responsabilizados por eventuais danos que os alunos venham a causar no decurso das visitas de estudo, independentemente do procedimento disciplinar aplicável.

10 - Se durante a visita de estudo tiver ocorrido qualquer incidente, este deverá ser comunicado por escrito pelo(s) professor(es) organizador(es) ao Diretor da Academia Arabesque, no próprio dia ou no dia seguinte à ocorrência.

11 - As visitas de estudo ao estrangeiro deverão realizar-se em períodos que não prejudiquem, sob nenhuma forma, a vida escolar dos alunos envolvidos.

VI – Participação dos Pais e Alunos

Artigo 39º

Princípio Geral da Participação dos Pais e Alunos

Aos pais e encarregados de educação e aos alunos é reconhecido o direito de participação na vida da Academia Arabesque.

Artigo 40º

Representação dos Pais e Alunos

1 - O direito de participação dos pais e encarregados de educação na vida da Escola processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de março, e pela Lei n.º 29/2006, de 4 de julho.

2 - O direito à participação dos alunos na vida da escola processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

VII – Direitos e Deveres da Comunidade Educativa

Artigo 41º

Direitos da Comunidade Educativa

- 1 – A todos os membros da comunidade educativa são assegurados os direitos consignados na Constituição da República Portuguesa e nas leis em vigor.
- 2 - O diretor executivo é o garante:
 - a) da segurança dentro do recinto da Escola e em todas as atividades escolares;
 - b) do atendimento e esclarecimento correto em caso de dúvidas ou de pedidos de esclarecimento;
 - c) da consulta prévia à tomada de decisões que digam respeito a qualquer membro da comunidade escolar;
 - d) da garantia de serem facultados espaços para a realização de reuniões que debatam assuntos relacionados com a Escola e a Educação, sem prejuízo do normal funcionamento das atividades escolares;
 - e) do acesso a toda a documentação não classificada e que seja de interesse de qualquer membro da comunidade escolar, desde que devidamente solicitado por escrito.

Artigo 42º

31

Deveres da Comunidade Educativa

- 1 - Todos os membros da comunidade educativa devem conhecer o Regulamento Interno da Academia Arabesque.
- 2 - Todos os membros da comunidade educativa se comprometem ao cumprimento dos deveres inerentes ao normal relacionamento num estabelecimento de ensino, contribuindo para a formação escolar e cívica de todos os alunos, nomeadamente:
 - a) respeitando e cooperando leal e solidariamente com todos os elementos da comunidade;
 - b) assumindo atitudes de tolerância e diálogo, de modo a fomentar a harmonia nas relações interpessoais;
 - c) contribuindo para o prestígio, melhoria da Academia Arabesque;
 - d) observando rigorosamente todas as disposições legais e as contidas neste Regulamento e que enformam o funcionamento da Academia Arabesque.

Secção I | Professores

Artigo 43º

Direitos dos Professores

Para além do consignado na lei vigente:

1 – ao reconhecimento da sua autoridade, nomeadamente:

- a) nos domínios pedagógico, científico, organizacional, disciplinar e de formação cívica;
- b) dentro e fora da sala de aula, no âmbito das instalações escolares ou fora delas, no exercício das suas funções;
- c) em caso de agressões sobre eles praticadas, havendo agravamento das penas.

2 – a ser apoiado pelos órgãos de administração e gestão da Academia Arabesque e pelas estruturas de orientação educativa em todos os aspetos relacionados com o desempenho eficaz da sua atividade profissional;

3 – a obter colaboração de todos os elementos da Academia Arabesque para uma maior eficácia do processo educativo;

4 – a usufruir de bom ambiente de trabalho;

5 – a ser respeitado e exigir a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem;

6 – a receber informação emanada do Órgão de Gestão, em tempo útil, para que se possa manter atualizado;

7 - Ser avisado, com 48 horas de antecedência, acerca da realização de reuniões;

8 – a dispor de recursos físicos e materiais adequados ao cabal exercício da função que desempenha;

9 – a ser informado, sempre que necessário e em tempo útil, sobre a sua situação profissional, bem como sobre os assuntos da vida da Escola que digam respeito ao bom desempenho das suas funções;

10 – a ver respeitada a confidencialidade dos elementos constantes do seu registo biográfico;

11 – a apresentar ao Presidente do Conselho Pedagógico, individualmente ou em grupo, projetos que visem a melhoria da atividade educativa;

12 – a apresentar sugestões que entenda poderem melhorar o funcionamento da Escola;

- 13 – a participar na definição de programas de atividades escolares, extra escolares e outras, dinamizando as ações apropriadas;
- 14 – a terem direito de gozar 8 dias de férias na interrupção letiva do Natal, tendo que, para isso assinar uma declaração de pedido;
- 15 – a terem direito de serem compensados pelo órgão de administração, em férias suplementares, pela participação em atividades, pelas quais foram indicados, e tenham participado de forma correta e empenhada;
- 16 – a poder reclamar de qualquer decisão, apresentando a fundamentação por escrito ao Diretor Executivo;
- 17 – a conhecer o Regulamento Interno.

Artigo 44º

Deveres dos Professores

Para além do consignado na lei vigente:

- 1 – o fomento de boas relações de trabalho e cooperação institucional;
- 2 – o uso de linguagem adequada ao seu estatuto profissional;
- 3 – tratar os alunos com espírito de equidade, tendo o especial cuidado na manutenção e promoção da motivação e empenho dos mesmos;
- 4 – conhecer e respeitar todas as informações/orientações entregues pela direção da Academia Arabesque;
- 5 – efetuar o registo diário, no livro de ponto de cada turma/aluno, físico ou digital, os assuntos tratados nas aulas e as faltas dos alunos;
- 6 – não abandonar o local onde decorrem as atividades escolares ou outras resultantes do serviço distribuído, exceto por motivos imprevistos, garantindo sempre a presença de um funcionário e o conhecimento imediato de elemento da direção da Academia Arabesque;
- 7 – empenhar-se em criar/manter na sala de aula e no recinto escolar um ambiente favorável ao ensino e aprendizagem com base na exigência, no rigor e na motivação dos alunos;
- 8 - cumprir e fazer cumprir os horários de início e termo das atividades;
- 9 - zelar pelo bom uso, conservação e limpeza do local de atividades, bem como dos recursos materiais, comunicando aos funcionários as anomalias observadas;
- 10 – solicitar autorização para as atividades que se realizem fora do recinto escolar;

- 11 – gerir corretamente o processo de ensino aprendizagem, no âmbito das programações e orientações definidas pelas estruturas de orientação educativa;
- 12 - desenvolver estratégias de aprendizagem diversificadas e adequadas a cada aluno ou grupo de alunos;
- 13 - sensibilizar os alunos para princípios e valores, consignados internacionalmente e aceites pelas sociedades democráticas;
- 14 - valorizar as competências dos alunos, no domínio dos conhecimentos, das atitudes e dos valores;
- 15 – dar a conhecer à direção da Academia Arabesque quaisquer dificuldades sentidas no decorrer das suas funções, nomeadamente a referência a dificuldades evidenciadas pelos alunos que não sejam expectáveis, bem como no que diz respeito a problemas disciplinares no decorrer das aulas ou atividades promovidas pela Academia Arabesque;
- 16 - fornecer aos Coordenadores de Departamento as informações respeitantes ao aproveitamento e comportamento dos alunos, bem como outros factos dignos de registo;
- 17 - manter-se informado e atualizado científica e pedagogicamente, bem como no que se refere à legislação em vigor;
- 18 - colaborar na consecução das atividades previstas nos Projeto Educativo e no Plano Anual de Atividades;
- 19 – participar em atividades do foro educativo, e outras, organizadas pela escola, para as quais tenha sido convocado, respeitando impreterivelmente o horário das mesmas;
- 20 – corresponder à organização atempada e atualizada de toda a documentação necessária no que respeita ao dossier técnico-pedagógico ou a qualquer outro documento solicitado pela direção pedagógica, Ministério da Educação e restante tutela;
- 21 – solicitar autorização, atempadamente e sempre por escrito, à direção da Academia Arabesque para qualquer atividade que pretenda desenvolver para além das aulas que lhe estão atribuídas;
- 22 – solicitar autorização, atempadamente e sempre por escrito, à direção da Academia Arabesque para ministrar aulas extraordinárias aos alunos;
- 23 – solicitar autorização, atempadamente e sempre por escrito, à direção da Academia Arabesque sempre que haja necessidade de transportar alunos, de forma a que a instituição possa estabelecer contacto com os encarregados de educação;
- 24 – sempre que haja necessidade de contactar algum aluno o professor deverá solicitar nos serviços administrativos ou a elemento da direção da Academia Arabesque que o efetue;
- 25 – elaborar os relatórios e/ou outra documentação de exercício de função sempre que lhe seja solicitado pela direção pedagógica ou direção da Academia Arabesque;

- 26 – não captar som nem imagem na sala de aula ou reuniões (a não ser que exista uma autorização por escrito da direção da Academia Arabesque);
- 27 – a componente não letiva de estabelecimento será móvel, sendo necessário existir um documento assinado pelo professor em como aceita e está ciente deste facto;
- 28 – utilizar a componente não letiva de estabelecimento para a realização das reuniões de cargo, com uma periodicidade mensal, salvo convocatória em contrário;
- 29 - respeitar a confidencialidade dos elementos constantes no dossier individual do aluno;
- 30 – supervisionar e organizar o material didático da escola, utilizando o horário não letivo de estabelecimento;
- 31 – realizar reuniões, ensaios, e participar em projetos educativos tais como; apoio a Masterclass e cursos de aperfeiçoamento, concursos de dança, visitas de estudo, etc., utilizando o horário não letivo de estabelecimento;
- 32 – ministrar aulas na sede administrativa em Ourém, e nas demais localizações onde a Academia Arabesque desenvolva a sua atividade formativa, nomeadamente nas instalações do Conservatório de Música e Artes do Centro com quem a Academia Arabesque estabeleceu protocolo de colaboração;
- 33 – desenvolver apresentações e atividades de dança, nas instalações da Academia Arabesque, bem como nos agrupamentos de escolas com quem a Academia Arabesque tem protocolos de colaboração, nomeadamente, o Agrupamento de Escolas de Ourém e o Agrupamento de Escolas Conde de Ourém;
- 34 – fazer da avaliação uma atitude permanentemente consciente, participada e responsabilizada;
- 35 – efetuar e entregar todas as avaliações nos prazos estabelecidos;
- 36 - acatar as determinações e orientações do Órgão de Direção e Gestão e das estruturas de orientação educativa da Academia Arabesque, nomeadamente nas questões de correção disciplinar que sejam necessárias aplicar em qualquer situação de indisciplina por parte dos alunos, não podendo nunca um docente agir nestas situações sem o expresso conhecimento e autorização do diretor executivo ou da diretora artística da Academia Arabesque;
- 37 - zelar para que nenhum aluno seja perturbado na sala de aula por comportamentos indevidos de outros alunos;
- 38 - cooperar na despistagem de casos de alunos com necessidades educativas especiais e no apoio específico aos mesmos, no espírito de uma escola inclusiva;
- 39 – dialogar com a direção pedagógica e/ou diretora artística sempre que, em relação a determinado aluno, seja detetada inconsistência na evidenciação de conhecimentos transversais;

40 - justificar as suas faltas, de acordo com a legislação vigente e de acordo com as normas determinadas pela Direção Pedagógica;

41 - conhecer o Estatuto do Aluno e da Ética Escolar (<https://dre.pt/pesquisa/-/search/174840/details/maximized>);

42 - conhecer, cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno;

43 - não fumar na escola nem nas imediações de suas instalações, ou das que utiliza para fins didáticos;

44 - ao docente é terminantemente vedado:

a) o tratamento de diferendos de natureza pedagógica com os alunos menores de idade, em substituição do contacto com a direção da Academia Arabesque e os encarregados de educação;

b) a utilização de qualquer forma de pressão psicológica geradora de mal-estar no aluno, em substituição quer da vinculação dos encarregados de educação ao processo formativo dos seus educandos, quer da avaliação formativa;

c) a utilização, em ambiente de sala de aula, no decorrer do horário de aulas, de aparelhos e ou dispositivos (telemóvel, tablet, computador...), para a consulta de informação ou outros assuntos não relacionados com a atividade letiva em curso;

d) ausentar-se da sala de aula durante a jornada de trabalho, sem que disso seja dada informação ao funcionário de serviço ao espaço escolar, à diretora artística ou ao diretor executivo da Academia Arabesque;

e) ausentar-se da sala de aula em situações de não cumprimento, pelo aluno, dos deveres de estudo entre aulas, em substituição do dever de contribuir para a realização, em ambiente de sala de aula, do trabalho em falta.

Artigo 45º

Sanções por Incumprimento

1 - caso não seja cumprimento o disposto no ponto 8 do Artigo 44, a direção da Academia Arabesque poderá interferir e proceder ao desconto, no vencimento mensal, de uma hora de aula por cada atraso verificado ou de duas horas por cada falta, caso as justificações apresentadas não sejam consideradas válidas e razoáveis;

2 - caso não sejam cumpridos o disposto no ponto 20, 21, 22, 23, 24 e 44 do Artigo 44, a direção da Academia Arabesque poderá preceder à suspensão do professor e, em situações consideradas mais graves ou recorrentes, concretizar um despedimento por justa causa.

Artigo 46º

Funcionamento das Aulas

- 1 – as aulas iniciam-se à hora marcada no horário do professor com tolerância de 5 minutos, quando esta não se torna recorrente;
- 2 – não é permitido atender ou efetuar chamadas telefónicas no decorrer da aula, bem como utilizar qualquer aparelho eletrónico para aceder a sites de redes sociais, consulta de email ou qualquer outro endereço da Internet para consultas que não sejam estritamente relacionadas com a aula em curso;
- 3 – em momento algum poderá o professor ministrar qualquer aula ou atividade lectiva fora do espaço físico da escola sem o conhecimento e autorização da direção da Academia Arabesque;
- 4 – é proibido a ingestão de alimentos nas salas de aula, corredores de acesso às mesmas e vestiários.

Artigo 47º

Regime de Faltas

37

- 1 – a falta ocorre sempre que o docente falte a uma aula curricular ou a uma reunião, a uma atividade da Academia Arabesque, desde que convocado com uma antecedência mínima de 48 horas.;
- 2 – as faltas serão justificadas, por atestado médico, até 5 dias úteis após a sua ocorrência;
- 3 – as faltas injustificadas serão passíveis de procedimento disciplinar.

Artigo 48º

Reposição de Aulas

- 1 – A Reposição de aulas é um mecanismo que permite, ao docente, garantir a lecionação das aulas em caso de ausência com justificação aceite pela direção da Academia Arabesque.
- 2 – a reposição de aula só é autorizada dentro do mesmo período letivo da respetiva falta;
- 3 – a reposição de aulas é requerida em impresso próprio, a entregar à direção ou através da plataforma virtual disponibilizada pela Academia Arabesque para o efeito.
- 4 – o requerimento da reposição de aulas deverá conter as seguintes informações:

REGULAMENTO INTERNO

- a) indicação do dia, hora, turma e disciplina a ministrar;
- b) menção da atividade que causou a falta e justifica o pedido;

5 – o despacho autorizador da reposição de aulas é da responsabilidade da direção da Academia Arabesque;

6 – a reposição de aulas não poderá, em caso algum, colocar em risco o direito dos alunos a uma educação subordinada a princípios de:

- a) regularidade na ocorrência das atividades letivas;
- b) salvaguarda do direito a usufruir de todo o tempo da aula reposta, mantendo a sua natureza (aula individual ou de grupo);
- c) absoluto respeito pelo calendário escolar.

Artigo 49º

Avaliação do Desempenho Docente

A avaliação de desempenho do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios consignados na legislação em vigor.

38

Secção II | Alunos

Artigo 50º

Enquadramento

Os alunos são responsáveis, em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento, pela componente obrigacional inerente aos direitos que lhe são conferidos no âmbito do sistema educativo.

Artigo 51º

Estatuto do Aluno e da Ética Escolar

1 - Os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação regem-se pela lei em vigor.

2 - A realidade educativa da Academia Arabesque, prossegue os princípios gerais e organizativos do sistema educativo português, promovendo, em especial, o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.

Subsecção I | Direitos e Deveres do Aluno

Artigo 52º

Direitos do Aluno

1 - O aluno tem direito a:

- a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas;
- b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso;
- c) Escolher e usufruir, nos termos estabelecidos no quadro legal aplicável, por si ou, quando menor, através dos seus pais ou encarregados de educação, o projeto educativo que lhe proporcione as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico e para a formação da sua personalidade;
- d) Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
- e) Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, designadamente o voluntariado em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na Academia Arabesque ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;
- f) Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;

- g) Beneficiar, no âmbito do apoio do estado, através do ministério da educação, de um sistema de apoios que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sociofamiliar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de ensino;
- h) Usufruir de meios complementares que reconheçam e distingam o mérito;
- i) Beneficiar de outros apoios específicos, adequados às suas necessidades escolares ou à sua aprendizagem, através dos serviços de psicologia e orientação (cursos profissionais) ou de outros serviços especializados de apoio educativo;
- j) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral, beneficiando, designadamente, da especial proteção consagrada na lei penal para os membros da comunidade escolar;
- k) Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
- l) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
- m) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do Regulamento Interno da escola;
- n) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, directores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
- o) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;
- p) Ser informado sobre o Regulamento Interno da escola e, por meios a definir por esta e em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre a matrícula, as normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência, e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;
- q) Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e do respetivo Regulamento Interno;
- r) Participar no processo de avaliação, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;
- s) Beneficiar de medidas, a definir pela escola, adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausência devidamente justificada às atividades escolares;

- t) Dispor do tempo de intervalo estabelecido nos horários;
 - u) Poder frequentar a sala de formação teórica para efeitos de estudo, quando esta esteja disponível;
 - v) Frequentar a sala do aluno;
- 3 - A fruição dos direitos consagrados nas suas alíneas g), h) e r) do número anterior pode ser, no todo ou em parte, temporariamente vedada em consequência de medida disciplinar corretiva ou sancionatória aplicada ao aluno, nos termos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Artigo 53º

Deveres do Aluno

Sem prejuízo dos deveres inscritos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, o aluno tem o dever de:

- a) Aplicar-se, de forma adequada à sua idade, necessidades educativas e ao ano de escolaridade que frequenta, na sua educação e formação integral;
- b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
- c) Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino;
- d) Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social, ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas;
- e) Respeitar a autoridade e as instruções dos professores e do pessoal não docente;
- f) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
- g) Participar em atividades artísticas no exterior da escola, quando estas sejam comunicadas com a devida antecedência e sempre que a sua presença seja considerada indispensável;
- h) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e equipamentos da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
- i) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;

- j) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direção da escola;
- k) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;
- l) Conhecer e cumprir o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o Regulamento Interno;
- m) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas, aquecimento ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
- n) Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- o) Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização da direção da Academia Arabesque;
- p) Apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
- q) Cumprir as indicações da Academia Arabesque relativamente ao vestuário e equipamento a utilizar em sala de aula, sendo a uniformização dos alunos um aspeto fundamental na equidade formativa e desempenho artístico definido pela Academia Arabesque;
- r) Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados;
- s) Contribuir para o desenvolvimento da atividade artística e cultural da escola colaborando em iniciativas ali realizadas, quer na qualidade de participante, quer enquanto público;
- t) Não fumar na escola nem nas suas imediações;
- u) Possuir equipamento próprio ou ter acesso a um para o equipamento necessário à prática de dança;

- v) Enquanto alunos inscritos na Academia Arabesque, não frequentar aulas de dança noutra instituição para não criar situações antipedagógicas de aprendizagem, salvo expressa autorização da direção da Academia Arabesque;
- w) Sempre que solicitado qualquer participação em atividades de foro da dança não organizadas pela Academia Arabesque, o aluno deve solicitar autorização à direção da Academia Arabesque, para não haver o risco de ir contra o trabalho técnico desenvolvido pelos professores da Academia Arabesque;
- x) Os alunos inscritos em regime articulado de dança, só poderão interromper os seus estudos de dança, dentro de um ciclo, somente com autorização prévia da direção pedagógica da Academia Arabesque;
- y) Aos alunos que frequentam a Academia Arabesque, não será devido qualquer compensação monetária por parte desta instituição por participarem em atividades desenvolvidas pela escola, dentro ou fora do espaço escolar habitual, sendo as mesmas consideradas estratégias de desenvolvimento artístico em contexto de formação do aluno.

Subsecção II | Dever de Assiduidade e Efeitos da Ultrapassagem dos Limites de Faltas

43

Artigo 54º

Frequência e Assiduidade

- 1 - O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino.
- 2 - O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório, nos termos em que é definida no número anterior, em todas as atividades escolares letivas e não letivas em que participem ou devam participar.
- 3 - As faltas dos alunos são registadas pelo docente no livro de ponto ou em registo eletrónico e, por sua iniciativa, em qualquer outro tipo de registo de controlo que o docente entenda elaborar.

Artigo 55º

Faltas e sua Natureza

- 1 - A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no presente Estatuto.
- 2 - Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.
- 3 - As faltas são registadas pelo professor titular de turma, pelo professor responsável pela aula ou atividade ou pelo diretor de turma em suportes administrativos adequados.
- 4 - As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída da sala de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram-se faltas injustificadas, equivalentes a faltas de presença. Estas medidas só poderão ser executadas com o expreso conhecimento da direção da Academia Arabesque e com o contacto imediato com o encarregado de educação para dar conhecimento da situação.
- 5 - São ainda consideradas injustificadas as faltas que resultem da comparência na aula sem o respetivo equipamento, não sendo estas equiparadas a faltas de presença.
- 6 - A participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola não é considerada falta relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares envolvidas, considerando-se dadas as aulas das referidas disciplinas previstas para o dia em causa no horário da turma.

44

Artigo 56º

Dispensa da Atividade Física no Regime Articulado de Dança

- 1 - O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de dança que envolvam exercício físico, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de dança.
- 3 - Ao aluno que não possa exercer atividade física durante pelo menos dois períodos letivos será atribuída a classificação administrativa de nível dois.
- 4 - Por razões da natureza própria, performativa, do Regime Articulado de Dança, os alunos que se encontrem na situação referida no número anterior, estão impedidos de transitar de grau nas disciplinas de Dança.

Artigo 57º

Justificação de Faltas

1 - São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:

- a) Doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação ou pelo aluno quando maior de idade quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;
- b) Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
- c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- d) Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
- e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
- g) Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor;
- h) Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
- i) Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
- j) Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
- k) Cumprimento de obrigações legais que não possam efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- l) Outro facto impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pelo diretor;

m) As decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;

n) Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita;

2 - A justificação das faltas exige um pedido escrito apresentado pelos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, pelo próprio, à Direção da Academia Arabesque, com indicação do dia e da atividade letiva em que a falta ocorreu, referenciando os motivos justificativos da mesma. Esta justificação deverá ser apresentada em formulário disponibilizado pelos Serviços Administrativos da Academia Arabesque;

3 - A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à verificação da mesma.

4 - Os alunos deverão efetuar a entrega da justificação de falta nos serviços administrativos da Academia Arabesque.

5 - Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno tem o direito a beneficiar de medidas adequadas à recuperação da aprendizagem em falta propostas e operacionalizadas pelo docente, ou docentes, das disciplinas envolvidas.

46

Artigo 58º

Faltas Injustificadas

1 - As faltas são injustificadas quando:

a) Não tenha sido apresentada justificação, nos termos do artigo anterior;

b) A justificação tenha sido apresentada fora do prazo;

c) A justificação não tenha sido aceite;

d) A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória (estas medidas só poderão ser executadas com o expreso conhecimento da Direção da Academia Arabesque).

2 - Na situação prevista na alínea c) do número anterior, a não-aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.

3 - No caso de aluno de regime articulado, as faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno maior de idade.

Artigo 59º

Excesso Grave de Faltas

1 - Em cada ano letivo as faltas injustificadas dos alunos em regime articulado não podem exceder:

a) 10 dias, seguidos ou interpolados, no 1.º ciclo do ensino básico;

b) O dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina nos restantes ciclos ou níveis de ensino;

2 - Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos no número anterior, os pais ou o encarregado de educação ou o aluno maior de idade são convocados à escola, pela Direção da Academia Arabesque.

3 - A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.

4 - Caso se revele impraticável o referido nos números anteriores, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respetiva comissão de proteção de crianças e jovens em risco deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.

47

Subsecção III | Ultrapassagem dos Limites de Faltas

Artigo 60º

Efeitos da Ultrapassagem dos Limites de Faltas

1 - A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no n.º 1 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso, no caso de frequentar o ensino especializado em regime articulado, ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas, de acordo com o estabelecido nos artigos seguintes, podendo ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos do Estatuto do Aluno e da Ética Escolar.

2 - O previsto no número anterior não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação do aluno.

3 - Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas no presente artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou ao encarregado de educação ou ao aluno, quando maior de idade, ao director de turma, consoante o regime de frequência do aluno, e registadas no processo individual do aluno.

4 - A ultrapassagem do limite de faltas estabelecido no presente regulamento interno relativamente às atividades de apoio ou complementares de inscrição ou de frequência facultativa implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.

Artigo 61º

Medidas de Recuperação e de Integração

1 - As condições gerais de cumprimento das medidas de recuperação e de integração são as previstas no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar.

2 - As atividades de recuperação de atrasos na aprendizagem são aplicadas independentemente do ano de escolaridade ou do número de disciplinas em que se verifique a ultrapassagem do limite de faltas, devendo ocorrer imediatamente após o regresso do aluno à escola, confinando-se às matérias tratadas nas aulas cuja ausência originou a situação de excesso de faltas.

48

Artigo 62º

Incumprimento ou Ineficácia das Medidas

1 - O incumprimento das medidas previstas no artigo anterior e a sua ineficácia ou impossibilidade de atuação determinam a adoção dos procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar.

Subsecção IV | Medidas Educativas Disciplinares

Artigo 63º

Princípios Gerais

REGULAMENTO INTERNO

- 1 - A qualificação de infração, participação de ocorrência, assim como as medidas disciplinares correspondentes encontram-se definidas no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar.
- 2 - A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar só poderá ser dada com o prévio conhecimento da direção da Academia Arabesque e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola.
- 3 - Sempre que seja aplicada ao aluno a medida corretiva prevista no número anterior, este será encaminhado à direção da Academia Arabesque, onde será contactado o encarregado de educação para esclarecimento sobre a medida disciplinar e será levado a cabo um trabalho de reflexão sobre o sucedido.
- 4 - As medidas disciplinares sancionatórias e os procedimentos relativos a procedimento disciplinar e respetivas consequências encontram-se definidos no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar.

Artigo 64º

Enquadramento

- 1 - As medidas educativas disciplinares têm objetivos pedagógicos e preventivos, visando de forma sustentada, facilitar o sucesso do ensino aprendizagem, a preservação da autoridade dos professores e, de acordo com as suas funções, dos demais funcionários, o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da Formação Cívica/Atendimento a Alunos e democrática do aluno.
- 2 - De acordo com o grau e a gravidade da infração as medidas disciplinares podem ser de carácter diferente medidas corretivas, assumindo uma natureza eminentemente cautelar, ou sancionatória, que para além dos objetivos visados com as medidas corretivas têm também finalidades punitivas.
- 3 - Ambas devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito, sempre que possível do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da escola, bem como nos termos do presente regulamento.
- 4 - A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos neste Regulamento Interno, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração, passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.

Artigo 65º

Participação de Ocorrências

- 1 - O professor ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar, nos termos do Regulamento Interno, deve participá-los imediatamente ao diretor da Academia Arabesque.
- 2 - O aluno que presencie comportamentos referidos no número anterior, suscetíveis de ofender terceiros e/ou de danificar o património da escola, deve comunicá-los imediatamente ao professor, o qual, no caso de os considerar graves ou muito graves, os participa, no prazo de um dia útil ao diretor.

Artigo 66º

Medidas Corretivas e Medidas Disciplinares Sancionatórias

- 1 - Todas as medidas corretivas e medidas disciplinares sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada, o cumprimento dos deveres do aluno, o respeito pela autoridade dos professores no exercício da sua atividade profissional e dos demais funcionários, bem como a segurança de toda a comunidade educativa.
- 2 - As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias visam ainda garantir o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da Formação Cívica/Atendimento a Alunos do aluno, com vista ao desenvolvimento da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.
- 3 - As medidas disciplinares sancionatórias, tendo em conta a especial relevância do dever violado e a gravidade da infração praticada, prosseguem igualmente, para além das identificadas no número anterior, finalidades punitivas.
- 4 - As medidas corretivas e as disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da Escola.

Artigo 67º

Determinação da Medida Disciplinar

1 - Na determinação medida disciplinar corretiva ou sancionatória a aplicar, deve ter-se em consideração a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias, atenuantes e agravantes apuradas, em que esse incumprimento se verificou, grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.

2 - São circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar do aluno o seu bom comportamento anterior, o seu aproveitamento escolar e o seu reconhecimento, com arrependimento, da natureza ilícita da sua conduta.

3 - São circunstâncias agravantes da responsabilidade do aluno a premeditação, o conluio, bem como a acumulação de infrações disciplinares e a reincidência, em especial se no decurso do mesmo ano letivo.

Artigo 68º

Medidas corretivas

1 - As medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.

2 - Consideram-se medidas corretivas:

a) a advertência;

b) a ordem de saída da sala de aula, e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;

c) a realização de tarefas e atividades de integração escolar;

d) o condicionamento no acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo daqueles que se encontrem afetos a atividades letivas;

e) o impedimento de participação nas atividades extracurriculares (espectáculos, apresentações, visitas de estudo, entre outras)

f) a mudança de turma.

3 - A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno perante um comportamento perturbador do funcionamento das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que se deve evitar tal tipo de conduta e responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.

4 - Na sala de aula, a repreensão é da competência do professor, enquanto, fora dela, qualquer professor ou membro do pessoal não docente tem competência para repreender o aluno.

5 - A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da competência do professor, apenas com a autorização de elemento da direção da Academia Arabesque e implica a permanência do aluno na escola. Esta é uma medida de último recurso e só deverá ser adotada em casos de incumprimento ou perturbação grave por parte do aluno. O mesmo deverá ficar acompanhado por administrativa ou membro da direção até a chegada do encarregado de educação, a quem serão prestados esclarecimentos sobre o sucedido.

6 - A aplicação das medidas corretivas, prevista no presente artigo, é da competência do diretor executivo da Academia Arabesque que, para o efeito, pode ouvir o diretor de turma e o professor titular de turma.

7 - A aplicação, e posterior execução, da medida corretiva prevista na alínea d) do número 2 não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano letivo.

8 - As atividades de integração na comunidade educativa consistem num programa de tarefas de carácter pedagógico, que contribuam para o reforço da Formação Cívica/Atendimento a Alunos e promovam um bom ambiente educativo, devendo as mesmas ser executadas em horário não coincidente com as atividades letivas do aluno, mas nunca por prazo superior a quatro semanas. As atividades de integração devem, se necessário e sempre que possível, compreender a reparação do dano provocado pelo aluno.

9 - Consideram-se atividades de integração na comunidade educativa as seguintes:

- a) trabalho cívico a realizar na escola sob a supervisão de um assistente operacional (realização de tarefas de apoio aos diversos serviços das Escola);
- b) participação em atividades preparatórias de iniciativas culturais, desportivas ou outras;
- c) participação em atividades preparatórias de iniciativas da Academia Arabesque;
- d) outras atividades propostas e aprovadas pelos órgãos da Academia Arabesque.

10 - A utilização de telemóvel ou outro qualquer equipamento eletrónico, sem autorização do professor, é proibida dentro da sala de aula. Não sendo cumprida esta norma o professor deve atuar da seguinte forma:

- a) retirar o equipamento ao aluno e entregá-lo a elemento da direcção que, por sua vez o devolverá ao Encarregado de Educação.

11 - A aplicação das medidas corretivas tem que ser obrigatoriamente comunicada aos Encarregados de Educação.

52

Artigo 69º

Medidas disciplinares sancionatórias

1 - As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma sanção disciplinar imputada ao comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos suscetíveis de a configurarem ser participada, pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento, de imediato, à Direção da Academia Arabesque.

2 - Consideram-se medidas disciplinares sancionatórias:

- a) a repreensão registada;
- b) a suspensão por um dia;
- c) a suspensão da escola até 10 dias úteis;
- d) a transferência de escola.

3 - A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada é da competência do professor respetivo, quando a infração for praticada na sala de aula, ou elemento da direção, nas restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno, a identificação do autor do ato decisório, a data em que o mesmo foi proferido e a fundamentação de facto e de direito que levou tal decisão.

4 - Em casos excecionais e enquanto medida dissuasora, a suspensão por um dia pode ser aplicada pela direção da Academia Arabesque, garantidos que estejam os direitos de audiência e defesa do visado e sempre fundamentada nos factos que a suportam.

5 - A decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola até 10 dias úteis, é precedida da audição em auto do aluno visado, do qual constam, em termos concretos e precisos, os factos que lhe são imputados, os deveres por ele violados e a referência expressa, não só da possibilidade de se pronunciar relativamente àqueles factos, como da defesa elaborada, sendo competente para a sua aplicação o diretor executivo da Academia Arabesque, que pode, previamente, ouvir o Professor da disciplina.

6 - Compete ao diretor executivo, ouvidos os pais ou o Encarregado de Educação do aluno, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior é executada, garantindo ao aluno um plano de atividades a realizar, coresponsabilizando-os pela sua execução e acompanhamento, podendo igualmente, se assim o entender, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.

7 - A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola compete ao Delegado Regional da DGEstE, após a conclusão do procedimento disciplinar referido no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar (tramitação do procedimento disciplinar) reporta-se à prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino aprendizagem dos restantes alunos da escola ou do normal relacionamento com alguns dos membros da comunidade educativa.

8 - A medida disciplinar sancionatória de transferência de escola apenas é aplicada a aluno de idade não inferior a 10 anos e, frequentando a escolaridade obrigatória, desde que esteja

assegurada a frequência de outro estabelecimento de ensino situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, servida de transporte público ou escolar.

9 – Em complemento das medidas previstas no número 2 do presente artigo, compete ao diretor da Academia Arabesque comunicar sobre a reparação dos danos provocados pelo aluno no património escolar.

Artigo 70º

Acumulação de medidas disciplinares

1 - A aplicação das medidas corretivas previstas no número 2 do artigo anterior, são cumuláveis entre si.

2 - A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.

3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração pode ser aplicada apenas uma medida disciplinar sancionatória.

Artigo 71º

Procedimento disciplinar

1 - A competência para a instauração de procedimento disciplinar por comportamentos suscetíveis de configurarem a aplicação de algumas das medidas previstas (suspensão até 10 dias e transferência de escola), é do diretor executivo da Academia Arabesque, devendo o despacho instaurador e de nomeação do instrutor, que deve ser um professor da escola, ser proferido no prazo de um dia útil a contar do conhecimento da situação.

2 - No mesmo prazo, o diretor executivo notifica os Encarregados de Educação dos alunos, pelo meio mais expedito, designadamente eletrónico, telefónico ou postal simples.

3 - O diretor executivo da Academia Arabesque deve notificar o instrutor da sua nomeação no mesmo dia em que profere o despacho de instauração de procedimento disciplinar.

4 - A instrução do procedimento disciplinar é efetuada no prazo máximo de quatro dias úteis contados da data de notificação ao instrutor do despacho que instaurou o procedimento disciplinar, sendo obrigatoriamente realizada, para além de demais diligências consideradas necessárias, a audiência oral dos alunos e do Encarregado de Educação.

5 - Os interessados são convocados com a antecedência de um dia útil para a audiência oral, não constituindo a falta de comparecimento motivo do seu adiamento, exceto de a falta for justificada até ao momento fixado para a audiência.

6 - No caso de o respetivo Encarregado de Educação não comparecer, o aluno pode ser ouvido na presença de um docente ou do diretor da Academia Arabesque que, por sua vez, poderá delegar competência no diretor pedagógico.

7 - Da audiência é lavrada ata de que consta o extrato das alegações feitas pelos interessados.

8 - Finda a instrução o instrutor elabora, no prazo de um dia útil, e remete à direcção da Academia Arabesque, um documento do qual constam, obrigatoriamente, em termos concretos e precisos:

a) os factos cuja prática é imputada ao aluno, devidamente circunstanciados quanto ao tempo, modo e lugar;

b) os deveres violados pelo aluno, com referência expressa às respetivas normas legais ou regulamentares;

c) os antecedentes do aluno que se constituem como circunstâncias atenuantes ou agravantes;

d) a proposta de medida disciplinar sancionatório aplicável.

9 - Do documento referido no número anterior, é extraída cópia que, no prazo de um dia útil, é entregue ao aluno, mediante notificação pessoal, sendo de tal facto, e durante esse mesmo período de tempo, informados os Encarregados de Educação.

10 - No caso da medida disciplinar sancionatória ser a transferência de escola, a mesma é comunicada para decisão do Diretor Regional de Educação, no prazo de um dia útil.

11 - A decisão é passível de recurso hierárquico, de acordo com a legislação em vigor.

55

Artigo 72º

Suspensão preventiva do aluno

1 - No momento da instauração do procedimento disciplinar, mediante decisão da entidade que o instaurou, ou no decurso da sua instauração por proposta do instrutor, o diretor executivo da Academia Arabesque pode decidir a suspensão preventiva do aluno, mediante despacho fundamentado, sempre que:

a) A sua presença na escola se revelar gravemente perturbadora do normal funcionamento das atividades escolares;

b) Tal seja necessário e adequado à garantia da paz pública e da tranquilidade na escola; ou a sua presença na escola prejudique a instrução do procedimento disciplinar.

2 - A suspensão preventiva tem a duração que o diretor executivo da Academia Arabesque considerar adequada na situação em concreto, sem prejuízo de, por razões devidamente fundamentadas, poder ser prorrogada até à data da decisão do procedimento disciplinar, não podendo, em qualquer caso, exceder 10 dias úteis.

3 - Os efeitos decorrentes da ausência do aluno no decurso do período de suspensão preventiva, no que respeita à avaliação das aprendizagens, são determinados em função da decisão que vier a ser proferida no procedimento disciplinar, nos termos estabelecidos no regulamento interno da escola.

4 - Os dias de suspensão preventiva cumpridos pelo aluno são descontados no cumprimento da medida disciplinar sancionatória prevista no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar a que o aluno venha a ser condenado na sequência do procedimento disciplinar previsto daquele Estatuto.

5 - O encarregado de educação é imediatamente informado da suspensão preventiva aplicada ao seu educando e, sempre que a avaliação que fizer das circunstâncias o aconselhe, o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve participar a ocorrência à respetiva comissão de proteção de crianças e jovens.

6 - Ao aluno suspenso preventivamente é também fixado, durante o período de ausência da escola, o plano de atividades previsto no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar.

7 - A suspensão preventiva do aluno é comunicada, por via eletrónica, pelo diretor executivo da Academia Arabesque ao Gabinete Coordenador de Segurança Escolar do Ministério da Educação e à direção regional de serviços da DGEstE, sendo identificados sumariamente os intervenientes, os factos e as circunstâncias que motivaram a decisão de suspensão.

Artigo 73º

Decisão final do procedimento disciplinar

1 - A decisão final do procedimento disciplinar, devidamente fundamentada, é proferida no prazo máximo de um dia útil, a contar do momento em que a entidade competente para o decidir receber o relatório do instrutor, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo.

2 - A decisão final do procedimento disciplinar fixa o momento a partir do qual se inicia a execução da medida disciplinar sancionatória, sem prejuízo da possibilidade de suspensão da execução da medida, nos termos do número seguinte.

3 - A execução da medida disciplinar sancionatória, pode ficar suspensa pelo período de tempo e nos termos e condições em que a entidade decisora considerar justo, adequado e razoável, cessando logo que ao aluno seja aplicada outra medida disciplinar sancionatória no decurso dessa suspensão.

4 - Quando esteja em causa a aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola, o prazo para ser proferida a decisão final é de cinco dias úteis, contados a partir da receção do processo disciplinar na direção regional de educação respetiva.

5 - Da decisão proferida pelo diretor regional de educação respetivo que aplique a medida disciplinar sancionatória de transferência de escola deve igualmente constar a identificação do estabelecimento de ensino para onde o aluno vai ser transferido, para cuja escolha se procede previamente à audição do respetivo encarregado de educação, quando o aluno for menor de idade.

6 - A decisão final do procedimento disciplinar é notificada pessoalmente ao aluno no dia útil seguinte àquele em que foi proferida, ou, quando menor de idade, aos pais ou respetivo encarregado de educação, nos dois dias úteis seguintes.

7 - Sempre que a notificação prevista no número anterior não seja possível, é realizada através de carta registada com aviso de receção, considerando-se o aluno, ou, quando este for menor de idade, os pais ou o respetivo encarregado de educação, notificado na data da assinatura do aviso de receção.

57

Artigo 74º

Execução das medidas corretivas ou disciplinares sancionatórias

1 - Compete ao diretor executivo ou diretor pedagógico o acompanhamento do aluno na execução da medida corretiva disciplinar ou sancionatória a que foi sujeito, devendo aquele articular a sua atuação com os pais e Encarregados de Educação e com os docentes da turma, em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a coresponsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.

2 - A competência referida no número anterior é essencialmente relevante aquando da execução da medida corretiva de atividades de integração na escola ou no momento do regresso à escola do aluno a quem foi aplicada a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola.

Artigo 75º

Recurso hierárquico

- 1 - Da decisão final do procedimento disciplinar cabe recurso hierárquico, no prazo de cinco dias úteis.
- 2 - O recurso hierárquico só tem efeitos suspensivos quando interposto de decisão de aplicação das medidas disciplinares sancionatórias da suspensão da escola e de transferência de escola.
- 3 - O despacho que apreciar o recurso hierárquico é remetido à escola, no prazo de cinco dias úteis, cumprindo ao diretor executivo da Academia Arabesque a adequada notificação.

Artigo 76º

Intervenção dos pais e encarregados de educação

Os pais e Encarregados de Educação devem, entre o momento da instauração do procedimento disciplinar ao seu educando e a sua conclusão, contribuir para o correto apuramento dos factos e, sendo aplicada medida disciplinar sancionatória, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da Formação Cívica/Atendimento a Alunos do educando, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.

58

Artigo 77º

Responsabilidade civil e criminal

- 1 - A aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória, prevista no presente regulamento não isenta o aluno e o respetivo representante legal da responsabilidade civil a que, nos termos gerais de direito haja lugar, sem prejuízo do apuramento da eventual responsabilidade criminal daí decorrente.
- 2 - Quando o comportamento do aluno menor de dezasseis anos for suscetível de desencadear a aplicação de medida disciplinar sancionatória, se poder constituir, simultaneamente, como facto qualificado de crime, o diretor executivo da Academia Arabesque deve comunicar tal facto à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou ao representante do Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores, conforme o aluno tenha, à data da prática do facto, menos de doze ou entre doze e dezasseis anos, sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais.

3 - Quando o procedimento criminal pelos factos a que alude o número anterior, depender de queixa ou de acusação particular, competindo este direito à direção da escola, deve o seu exercício fundamentar-se em razões que ponderem, em concreto, o interesse da comunidade educativa no desenvolvimento do procedimento criminal, perante os interesses relativos à formação do aluno em questão.

Artigo 78º

Quadros de honra e mérito

Nos termos da lei e sob proposta do conselho pedagógico, pode o Diretor Executivo da Academia Arabesque criar quadros de honra e mérito com o objetivo de premiar a excelência das aprendizagens realizadas pelos alunos.

VIII – Considerações Finais

59

Artigo 79º

Objetos perdidos

A Academia Arabesque não se responsabiliza por qualquer objeto dos alunos professores e restantes utentes, desaparecido dentro ou fora das suas instalações.

Artigo 80º

Acesso e Permanência na Escola

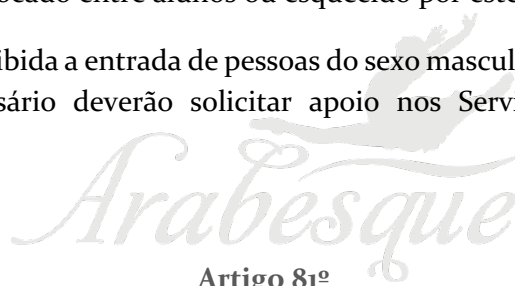
1 - É proibido o acesso e permanência de pessoas estranhas à Academia Arabesque, exceto nas seguintes situações:

- a) Atendimento nos Serviços Administrativos;
- b) Apresentações públicas realizadas nas instalações da Academia;
- c) Sempre que autorizadas pela direção da Academia Arabesque.

REGULAMENTO INTERNO

- 2 - É dever de toda a comunidade escolar, zelar pelas instalações da Academia, fazendo uso de forma idónea e responsável, não os sujando, riscando ou danificando.
- 3 - A Academia Arabesque não se responsabiliza pelos alunos fora das suas instalações. Consideram-se instalações da Academia, o local onde decorrem as normais práticas letivas, incluindo o espaço de receção, vestiários e restantes compartimentos da Academia.
- 4 - Não é permitida a interrupção das aulas.
- 5 - Na necessidade de contactar um professor, o interessado deverá fazê-lo em horário previamente definido, acordado nos Serviços Administrativos da Academia Arabesque e não através de contacto direto com os professores. Nomeadamente, durante ou entre as aulas.
- 6 - A Academia Arabesque não se responsabiliza por objetos perdidos, podendo os objetos de valor ser entregues em mão nos Serviços Administrativos ao/à colaborador(a) da Academia Arabesque;
- 7 - Para evitar trocas de material ou vestuário, este deverá estar devidamente identificado, com o primeiro e último nome do(a) aluno(a). A Academia não se responsabiliza por material ou vestuário trocado entre alunos ou esquecido por estes.
- 8 - É expressamente proibida a entrada de pessoas do sexo masculino no vestiário feminino e vice-versa. Se necessário deverão solicitar apoio nos Serviços Administrativos da Academia Arabesque.

60



Artigo 81º

Direito à Imagem

- 1 - O uso da imagem dos alunos que frequentam a Academia Arabesque, é autorizada, sendo que os Encarregados de Educação ou alunos quando maiores de idade, declaram no ato da inscrição (ou renovação de matrícula), sob compromisso de honra, o conhecimento e aprovação deste regulamento interno, e consequentemente a autorização à gravação vídeo, áudio e fotografia, tanto no local das suas instalações, em aulas ou outras atividades da Academia Arabesque, bem como em apresentações públicas, podendo esta instituição utilizar essas imagens para fins de divulgação da própria academia, em qualquer meio de comunicação social, não devendo, no entanto, facultar ou utilizar as imagens para meios comerciais de empresas ou instituições externas à escola.

Artigo 82º

Alterações ao regulamento

Sempre que se justifique, o presente regulamento poderá sofrer alterações, no sentido de melhorar e tornar o funcionamento da Academia Arabesque mais eficaz. Caso isso aconteça, será feita comunicação aos encarregados de educação com essa indicação.

Artigo 83º

Casos omissos

A resolução de casos omissos neste regulamento será da competência máxima da direção da Academia Arabesque.

Artigo 84º

Vigência

- 1) O regulamento interno é aprovado pela Direção da Academia Arabesque;
- 2) Entra em vigor no dia 03 de Junho de 2022 até que o mesmo seja alterado ou substituído, devendo os encarregados de educação ser informados sempre que isso aconteça.

61

Academia Arabesque

Ourém

02 de Junho de 2022